



CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O PAPEL DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes¹

RESUMO

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo aumento expressivo na expectativa de vida de grande parte da população mundial, sobretudo em países mais desenvolvidos em que a longevidade da população e o quantitativo de idosos têm alcançado marcas inéditas. Este fenômeno é ocasionado por variados motivos, dentre eles o avanço nos recursos médicos e tecnológicos, nos tratamentos disponíveis, nas condições sanitárias, sociais, educacionais, entre outros. O aumento na expectativa de vida da população em geral também é observado nas pessoas com deficiência intelectual, que até a década de 1980 era de 30 a 35 anos e atualmente se aproxima dos 60 anos, desencadeando diversas dúvidas e questionamentos, tanto em familiares, quanto em profissionais que atendem esta parcela da população. Com o objetivo de apresentar algumas considerações sobre o envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual, bem como refletir sobre o papel das instituições educativas neste processo, foi realizada uma revisão bibliográfica embasada em autores que discutem o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual como Clemente Filho e Groth (2004), Guilhoto et. Al. (2013) Xavier (2009, 2017), entre outros. Com a pesquisa foi possível destacar diversos aspectos relacionados ao processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, entretanto também foi observado que esta temática ainda carece de estudos, sobretudo no Brasil e de maior atenção do poder público e da sociedade em geral, para que sejam apresentadas respostas pontuais a estas pessoas e a seus familiares. Foi observado que, como ocorre com a população em geral, o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual está relacionado às experiências vivenciadas ao longo da vida, sendo este processo individual, ou seja, cada pessoa mostrará características específicas, impossibilitando o estabelecimento de parâmetros universais do envelhecimento, entretanto é comum que apresente características da senilidade precocemente. A pesquisa também evidenciou a importância da oferta de ações educativas desenvolvidas ao longo da vida para que estas pessoas alcancem o envelhecimento com maior qualidade e a necessidade da implantação de políticas públicas que atendam as necessidades das pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento nas áreas educacionais, sociais, médicas, entre outras.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Envelhecimento. Educação Especial.

ABSTRACT

The last decades of the 20th century were marked by a significant increase in life expectancy for a large part of the world population, especially in more developed countries where the population's

¹ Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, docente na Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Educação - FACED, e-mail: priscila.gimenes@ufu.br.



longevity and the number of elderly people have reached unprecedented marks. This phenomenon is caused by several reasons, among them the advance in the medical and technological resources, in the available treatments, in the sanitary, social, educational conditions, among others. The increase in life expectancy of the general population is also observed in people with intellectual disabilities, who until the 1980s were 30 to 35 years old and currently approaching 60 years old, triggering several doubts and questions, both in family members and professionals who serve this portion of the population. In order to present some considerations on the aging of people with intellectual disabilities, as well as reflecting on the role of educational institutions in this process, a bibliographic review was carried out based on authors who discuss the aging of people with intellectual disabilities such as Clemente Filho and Groth (2004), Guilhoto et. Al. (2013) Xavier (2009, 2017), among others. With the research it was possible to highlight several aspects related to the aging process of people with intellectual disabilities, however it was also observed that this theme still needs studies, especially in Brazil and greater attention from the public authorities and society in general, so that they are Punctual responses were presented to these people and their families. It was observed that, as with the general population, the aging process of the person with intellectual disability is related to the experiences lived throughout life, being this individual process, that is, each person will show specific characteristics, making it impossible to establish parameters of aging, however, it is common to have senility characteristics early. The research also highlighted the importance of offering educational actions developed throughout life so that these people reach aging with higher quality and the need to implement public policies that meet the needs of people with intellectual disabilities in the process of aging in educational areas, social, medical, among others.

Keywords: Intellectual Disability. Aging. Special education.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem se deparado com a ampliação na longevidade das pessoas e o crescimento da população idosa, sobretudo dos países desenvolvidos. Trata-se de um fato complexo que tem exigido ações de diversos setores da sociedade e pode ser compreendido a partir dos avanços ocorridos nas últimas décadas, dentre eles o desenvolvimento dos recursos médicos e tecnológicos, dos tratamentos disponíveis, das condições sanitárias, sociais, educacionais, entre outros.

Concomitantemente à ampliação da longevidade da população em geral, nas últimas décadas vem sendo constatado também, o aumento na expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual, que até a década de 1980 era de 30 a 35 anos e atualmente se aproxima dos 60 anos. Embora ainda sejam observadas mortes na infância, adolescência e início da fase adulta, a cada dia um número maior de pessoas com deficiência intelectual tem vivenciado o processo de envelhecimento e alcançado idades mais avançadas.



Esse fenômeno inédito, embora configure grande vitória para as pessoas com deficiência intelectual, seus familiares, equipe médica e profissionais vinculados à saúde, assistência social e educação, também desperta grande atenção, dúvidas e questionamentos, pois não basta possibilitar a estas pessoas que vivam mais tempo, é preciso assegurar que alcancem a velhice com qualidade de vida, o que se traduz em autonomia e manutenção de funcionalidades para a realização de atividades de seu cotidiano. Neste sentido, é de grande relevância compreender como as pessoas com deficiência intelectual vivenciam o processo de envelhecimento, quais suas necessidades primordiais e como instituições, familiares e demais profissionais podem colaborar com este processo.

Para tanto foi empreendida uma revisão bibliográfica embasada em autores que discutem o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual como Clemente Filho e Groth (2004), Guilhoto et. Al. (2013) Xavier (2009, 2017), entre outros, com o objetivo de apresentar algumas considerações sobre o envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual, bem como refletir sobre o papel das instituições educativas tanto durante o envelhecimento quanto na velhice.

O enfoque nas instituições educativas se justifica por compreender que o processo educacional das pessoas com deficiência ocorre ao longo da vida e que a educação especial também precisa se responsabilizar pela oferta de serviços para esta população, como previsto no artigo 58, § 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) após a alteração proposta pela Lei nº 13.632 de 2018 (BRASIL, 2018).

Com o intuito de instigar reflexões, a seguir serão apresentados brevemente alguns aspectos que precisam ser considerados, ao se tratar do processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e também algumas provocações sobre a relevância das propostas educativas desenvolvidas pela educação especial, bem como a necessária busca por políticas públicas que assegurem este atendimento.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL TAMBÉM ENVELHECE

Contrariando perspectivas médicas e sociais, diversas pessoas com deficiência intelectual que nasceram nas décadas de 1950 a 1970 não faleceram por volta dos seus 25 ou 30 anos, mas sim, chegaram aos 50, 60 e alguns estão se aproximando dos 70 anos.

Este fato embora ocorra concomitantemente à ampliação da longevidade da população em geral, é inédito para as pessoas com deficiência intelectual e pode ser compreendido a partir de



diversos fatores, tais como a melhorias nas condições de vida das pessoas englobando higiene, saneamento básico, alimentação, implantação de sistemas de prevenção e tratamento das doenças com vacinas e antibióticos para infecções, medicamentos de grande eficácia para doenças crônicas, entre outros.

Em casos específicos como o de pessoas com Síndrome de Down ou outras condições que envolvem multicomorbidades, os avanços no campo da medicina e nos recursos tecnológicos tem oportunizado melhores condições para os cuidados de saúde oferecendo diagnósticos precoces e precisos, tratamentos, cirurgias e intervenções que tem contribuído para a longevidade desta população.

Aliada a estes aspectos é relevante destacar como importante para a o aumento na expectativa de vida das pessoas com deficiência as alterações na forma como a sociedade se relaciona com elas, possibilitando maior participação social e o estabelecimento de legislações e políticas públicas que, embora distante de se concretizar plenamente, buscam assegurar a estas pessoas direitos sociais e civis.

Este conjunto de fatores tem possibilitado às pessoas com deficiência intelectual viver mais tempo, entretanto é preciso compreender se estão vivendo bem, com qualidade de vida e autonomia em suas funcionalidades. Pois como afirmam Clemente Filho e Groth (2004), Guilhoto (2013) e Xavier (2009, 2016) o processo de envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual, apresenta peculiaridades em relação a população em geral, e necessitam de atendimentos e cuidados específicos ao longo da vida e durante a velhice.

Para melhor compreender esta temática é válido destacar que o processo de envelhecimento está relacionado a mudanças morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas, caracterizada pelo declínio na capacidade de adaptação e manutenção da vida. Neri (2013, p. 20) pontua ainda que: “O envelhecimento, ou senescência, é um processo universal, determinado geneticamente para os indivíduos da espécie. [...] Esse processo tem início logo depois da maturidade sexual e acelera-se a partir da quinta década de vida”

Embora seja considerado um processo universal, o envelhecimento se manifesta de forma singular e variável para cada pessoa, pois, além de contínuo e complexo é multifatorial. Está relacionado tanto a aspectos genéticos e comportamentais quanto à história de vida e o acesso a recursos financeiros, médicos, tecnológicos, psicológicos e sociais. Ao considerar o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, Ardore e Castro, (2015, p. 334) apontam que:



Um fato que norteia o envelhecer de alguém com DI diz respeito às diferenças e especificidades presentes em um mesmo grupo de pessoas consideradas, muitas vezes, apenas como pessoas com DI que envelhecem. No entanto, nesse mesmo grupo, podem ocorrer padrões distintos de envelhecimento, com expectativas de vida diferentes e necessidades específicas de atenção em saúde e cuidados específicos.

Neste sentido, ao analisar o processo de envelhecimento da população com deficiência intelectual, é necessário considerar que este se expressa heterogeneamente, sendo fundamental compreender as diversas variáveis que interferem no processo de envelhecimento.

O termo velhice, por sua vez diz respeito à última fase do ciclo vital, resultado do processo de envelhecimento. É um estado que caracteriza a condição do ser humano idoso, sendo esta subjetiva e vivenciada de forma diferenciada em cada cultura ou grupo social.

Partindo desta compreensão é possível destacar que embora o envelhecimento ocorra de forma particular, diversos estudos como o de Guilhoto (2013), apontam que o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, especialmente naqueles com síndrome de Down, ocorre precocemente. Ou seja, enquanto o parâmetro utilizado para a caracterização da população em geral considera idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e 65 anos nos países desenvolvidos, muitos autores tais como Bento (2008), Alves (2012) e Guilhoto (2013) e o Relatório mundial sobre deficiência (OMS, 2012) relatam que o processo de envelhecimento das pessoas com deficiência ocorre mais precocemente se comparado ao restante da população.

Nestes casos é observada a diminuição de reservas físicas e o aparecimento de enfermidades que geralmente acometem a população idosa como a doença de Alzheimer, além do ajuste psicológico à velhice e maior dependência para realização das atividades de vida diária.

Para Alves (2012): "Muitos, com 45 anos, apresentam já um processo de envelhecimento que a maioria da população só atinge pelos 65/70 anos". A mesma opinião é expressa no Relatório mundial sobre deficiência (OMS, 2012, p. 61) que afirma: "O processo de envelhecimento começa mais cedo do que o normal para alguns grupos de pessoas com deficiência. Algumas pessoas com deficiência de desenvolvimento apresentam sinais de envelhecimento precoce em torno dos 40 a 50 anos".

Atrelado à questão do envelhecimento precoce é válido ressaltar as dificuldades encontradas pelos cuidadores, que em sua maioria são as mães, em oportunizar os cuidados básicos, pois muitas



também estão vivenciando o processo de envelhecimento ou a velhice. Neste sentido é comum encontrar idosas cuidando, sozinhas, de seu filho com deficiência intelectual, também idoso.

Marin, et al (2013) ressaltam que os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência intelectual que envelhecem são mais complexos e muitos deles estão relacionados às dificuldades de inserção social ativa e afirmam que:

As pessoas que viveram outros momentos da vida com deficiência, além de anteciparem a condição desencadeada pelo processo de envelhecimento, apresentam grande probabilidade de conviver com os efeitos impostos tanto pela deficiência como pelo envelhecimento. Nessa população, aponta-se para a “exclusão em dobro”, pois as pessoas que envelheceram sem deficiência recebem comumente cuidado de seus filhos e netos, o que tende a não ocorrer com o idoso com deficiência. Acrescenta-se que, em nosso país, não se dispõe de políticas públicas direcionadas para a assistência a essas pessoas. (MARIN, et. al. 2013, p. 365)

Desta forma, as pessoas com deficiência intelectual idosas ou em processo de envelhecimento carecem de mais cuidados, comparadas à população em geral, como acontece em outros períodos das suas vidas, pois aliam-se ao envelhecimento, o preconceito e o despreparo técnico e social para atuar junto a estas pessoas (BENTO, 2008).

É importante considerar também que grande parte das pessoas com deficiência intelectual foi submetida a tratamentos medicamentosos por longos períodos e em doses muito altas, dada a incompreensão do quadro clínico apresentado e a dificuldade em expressar sua condição de saúde. Não receberam atendimento médico e terapias adequadas, devido a pouca oferta destes para a maioria da população. Além de ser exposta a condições de vida desfavoráveis, tais como alimentação inadequada, uso de bebidas alcoólicas e tabaco, poucas oportunidades e estímulo para a realização de atividades físicas, entre outros.

De acordo com o Relatório Mundial sobre deficiência (ONU, 2012) e com diversos autores como Alves (2012) e Guilhoto (2013), comparando com a população em geral, as pessoas com deficiência apresentam maiores comprometimentos tanto nas questões físicas/biológicas, psicológicas e cognitivas, quanto sociais. Para Alves (2012, p. 15-16):

[...] têm maiores probabilidades de sofrer diversos problemas de saúde, do que o restante da população. O risco de virem a apresentar problemas físicos ou psicológicos aumenta em virtude da qualidade da sua experiência de vida e, da mesma forma, pode reduzir-se se forem seguidos hábitos saudáveis de vida.

Embora esses prejuízos se assemelhem ao envelhecimento da população em geral, os comprometimentos próprios da deficiência intelectual, como as limitações cognitivas e de



comunicação e a pouca informação que possuem sobre sua saúde, geralmente prejudicam a identificação das enfermidades e consequentemente a prescrição de cuidados e tratamentos eficazes.

Em geral, de acordo com Haverman, et al. (2010), nas pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento pode ser observada precocemente maior incidência de doenças cardiovasculares relacionadas a altas taxas de colesterol, hipertensão, diabetes, síndromes metabólicas e sobrepeso e obesidade; complicações gastrointestinais, como refluxos e constipações intestinais; diminuição da densidade óssea, manifestada em condições como a osteopenia e a osteoporose, o que favorece a ocorrência de fraturas; problemas de saúde bucal, dentre elas a cárie, gengivite e doença periodontal.

Aliada a estas condições, também podem ser observados: perda de interesse e desenvolvimento de quadros psiquiátricos como ansiedade, depressão, isolamento; diminuição na participação social; oscilação de humor; diminuição no desempenho cognitivo, sensorial e motor; perdas funcionais; alteração sono, apetite entre outros (GUILHOTO et al., 2013).

A ocorrência precoce destas condições acarretam prejuízos na autonomia da pessoa com deficiência intelectual para a realização de atividades diárias e prejuízos em suas funcionalidades. É necessário considerar também que embora o país conte com amplo amparo legal em favor dos direitos das pessoas com deficiência, estas nem sempre recebem os atendimentos necessários e sofrem com o preconceito, a discriminação e a invisibilidade social, decorrente de uma concepção que desvaloriza as pessoas por suas características e rejeita a convivência com a diversidade.

Desta forma, como aponta Caldas (2004) em se tratando das pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento, suas necessidades de saúde ainda não são plenamente compreendidas, sendo de grande relevância o desenvolvimento de pesquisas nesta área, visando melhor compreender o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, bem como subsidiar a implantação de políticas públicas e ações que assegurem melhores condições de vida, tanto para os que estão em processo de envelhecimento, quanto para os que já são idosos.

A ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PROL DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO ATIVO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A reflexão sobre o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual precisa considerar as oportunidades oferecidas a estas pessoas ao longo de sua vida, tanto no que se refere



aos aspectos sociais, de saúde e educacionais. Compreendendo a relevância das práticas educativas na vida da pessoa com deficiência, em 2018 foi aprovada a Lei nº 13.632 de 2018 (BRASIL, 2018) que prevê alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), ressaltando, no artigo 58, § 3º, a relevância do desenvolvimento de ações da educação especial em prol do direito a educação e aprendizagem ao longo da vida das pessoas com deficiência.

Esta alteração na legislação pode ser entendida como uma forma capacitista e discriminatória para com a pessoa com deficiência, se compreendida como a necessidade de mantê-la nos bancos escolares por toda sua vida, desconsiderando seu desenvolvimento e as fases pelas quais os seres humanos passam, principalmente por apontar que deve, preferencialmente, ser ofertada no sistema regular de ensino.

Buscando outra compreensão deste dispositivo legal, sem com isso camuflar ou desmerecer a afirmação anterior, é possível também interpretar que ao propor a educação especial e os processos de aprendizagem assegurados ao longo da vida, a legislação oferece possibilidades para a implantação de outras formas de oferta de educação especial, que sejam próprias para o desenvolvimento e aprendizagem da pessoa com deficiência, atentando-se às suas necessidades específicas ao longo da vida.

Com isso, as ações de cunho social até então realizadas pelas pessoas com deficiência em idade adulta ou em processo de envelhecimento, podem ser planejadas e propostas a partir dos princípios educacionais, vinculados à educação especial. Possibilitando a esta área de conhecimento e atuação uma ressignificação e reestruturação, para ser pensada para além das ações formais disponibilizada nas instituições escolares atuais, relacionadas a oferta de atendimento educacional especializado e de ações voltadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Ou seja, abarcar também programas de aprendizagem ao longo da vida, de vida e para a vida, que envolvam o currículo funcional compreendido de forma ampla.

Sabe-se que atualmente muitas instituições já adotam algumas práticas com enfoque educacional voltadas para pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento. Entretanto ao ser apresentada em um texto legal, as propostas podem ser estruturadas, sistematizadas e principalmente receber recursos específicos. Além de motivar o estabelecimento de políticas públicas que respeitem as pessoas com deficiência em processo de envelhecimento e possibilitem seu desenvolvimento e envelhecimento ativo.



Compreendendo as ações educativas como atividades intencionais e planejadas com a finalidade imediata de possibilitar a formação nos diversos aspectos, e no caso das pessoas com deficiência intelectual a manutenção e ampliação de suas funcionalidades, a educação especial pode desenvolver diversas propostas educativas destinadas a esta população.

Estas propostas educacionais precisam ser significativas para a pessoa com deficiência intelectual despertando o encantamento e o desejo de aprender. Também precisam valorizar as etapas da vida e possibilitar que estas pessoas com deficiência e seus cuidadores compreendam seu processo de envelhecimento evitando a infantilização e promovendo a manutenção e ampliação de suas funcionalidades e a preparação para o trabalho.

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas cabe destaque para ações que estimulem a construção de conhecimentos e a mudança de hábitos relacionados a alimentação saudável, higiene e autocuidado, prática de atividades físicas, desenvolvimento de propostas culturais e artísticas, de ações que privilegiem o contato com a natureza e se possível o cultivo da terra em hortas ou jardinagem, atividades relacionadas a alfabetização funcional, ao desenvolvimento de ações que exigem a utilização da comunicação social e o trabalho em grupo.

A seleção de atividades destinadas ao desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual, com vistas ao envelhecimento ativo deve considerar as funcionalidades dos idosos, bem como suas preferências e necessidades físicas, sociais e emocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar algumas considerações sobre o envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual e discutir o papel das instituições educativas durante o envelhecimento e na velhice, sobretudo a partir da compreensão da educação ao longo da vida.

Para tanto, ao apresentar algumas características do processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual foi possível observar que o envelhecimento da população em geral e das pessoas com deficiência intelectual é resultado das grandes transformações sociais, tecnológicas, oferta de saneamento básico, campanhas de vacinação, medicamentos mais precisos e em menor quantidade, entre outras e como ocorre com a população em geral, o processo de envelhecimento da



pessoa com deficiência intelectual está relacionado às experiências vivenciadas ao longo da vida, sendo este processo individual,

Neste sentido é fundamental que sejam implantadas políticas públicas que possibilitem a população, o atendimento dos diversos alunos, independente da idade. E o desenvolvimento de pesquisas e estudo nesta área.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. J. M. C. **Estudo de follow-up do processo de envelhecimento de adultos com deficiência mental**. 54 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia. 2012 Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6906/1/ulfpie040142_tm.pdf. Acesso em: 25 janeiro- frente. 2020.

BENTO, V. C. P. **Respostas sociais para o envelhecimento do indivíduo portador de deficiência mental**. 434 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto Superior de Serviço Social da Universidade Lusitana de Lisboa. Lisboa: [s. n.]. 2008. Disponível em: http://www.cpihts.com/PDF04/Mestrado%20Vera%20Bento_c%20seguranca.pdf. Acesso em: 26 julho de. 2020.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 02 de jul. de 2020.

BRASIL, Lei Nº 13.632, de 6 de março de 2018. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida**. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm. Acesso em: 02 de julho de 2020.

CALDAS, C. P. O significado de cuidar de uma pessoa idosa que vivencia um processo demencial. In: FILHO, A. S. C.; GROTH, S. M. (orgs.). **Envelhecimento e deficiência mental: uma emergência silenciosa**. São Paulo: APAE, 2004.

CLEMENTE FILHO A. S.; GROTH, S. M. (orgs.) **Envelhecimento e deficiência mental: uma emergência silenciosa**. São Paulo: Instituto Apae, 2004.

CLEMENTE FILHO, A. S.; GROTH, S. M. (Org.) **Envelhecimento e deficiência mental: uma emergência silenciosa**. São Paulo: Instituto APAE, 2004.

GUILHOTO, L. M. F. F. (org.) **Envelhecimento e deficiência intelectual: uma emergência silenciosa**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Instituto APAE de São Paulo, 2013.

HAVEMAN, M. et al. A. Major health risks in aging persons with intellectual disabilities: an overview of recent studies. Journal



MARIN, M. J. S. et al. As condições de vida e saúde de pessoas acima de 50 anos com deficiência e seus cuidadores em um município paulista. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** [online]. v.16, n.2, p. 365-374, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v16n2/16.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

NERI, A. L. Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In: MALLOY-DINIZ, L. F.; FUENTES, D. COSENZA, R. (org.). **Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional.** p. 17-42. Porto Alegre: Artmed, 2013.

NERI, A. L. Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In: MALLOY-DINIZ, L. F.; FUENTES, D. COSENZA, R. (org.). **Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional.** Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 17-42.

PLETSCH, M. D. O envelhecimento das pessoas com deficiência mental: um novo desafio para o Brasil. In: Anais do Congresso Estadual das APAES de Minas Gerais, 2006. Caxambu: FEAPAES-MG, 2006.

XAVIER, M. A. V. **Enfrentando o desafio: envelhecimento e deficiência.** Livro virtual, 2015.

XAVIER, M. A. V. Pessoas com deficiência intelectual e envelhecimento das famílias cuidadoras. In: KACHAR, V.; XAVIER, M. A. V.; LIMA, A. M. M. **Futuridades: Novas necessidades de aprendizagem.** Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2009.